

LIDO NA SESSÃO DO  
Dia 16/10/2008  
Ass. M. D.  
1º Secretário

## Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES			
PROTOCOLO		APROVADO (A) VAI AO EXPEDIENTE Em 21/10/2008 1º Secretário	Nº 249/08
		REQUERIMENTO	

AUTOR DEPUTADO VALTER ARAÚJO

*Requer a Mesa Diretora, solicitar uma reunião com a presença dos responsáveis e técnicos do Consórcio Energia Sustentável do Brasil S/A, com os Parlamentares desta Casa, para esclarecimentos sobre a alteração no projeto de construção da Usina Hidrelétrica do Jirau, nesta Casa de Leis, no dia 30 de outubro de 2008, no horário regimental.* 13/11/08

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Douto Plenário na forma regimental, requer, conforme Regimento Interno desta Casa, solicitar uma reunião com a presença dos responsáveis e técnicos do Consórcio Energia Sustentável do Brasil S/A, com os Parlamentares desta Casa, para esclarecimento sobre a alteração no projeto de construção da Usina hidrelétrica do Jirau, a realizar-se nesta Casa de Leis, no dia 30 de outubro de 2008, no horário regimental.

Plenário das Deliberações, 16 de outubro de 2008.

*DEPUTADO VALTER ARAÚJO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE*

### JUSTIFICATIVA

Em razão da polêmica mudança de local para construção da Usina do Jirau, o que tem criado todo tipo de expectativas na população, principalmente às autoridades do Estado de Rondônia, aos membros do Ministério Público, como também a estes Parlamentares é que necessitamos

## Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES			
PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____
AUTOR DEPUTADO VALTER ARAÚJO			
urgentemente dessa reunião para obtermos informações quanto a esta situação, a fim de prestarmos esclarecimentos às pessoas que nos tem procurado.			
Conforme notícia da Folha de Rondônia, o Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, afirmou que “não há possibilidade” de conceder uma licença de instalação especificamente para o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica do Jirau, no Rio Madeira em Porto Velho, pois “o tempo da licença não é o tempo da chuva, é o tempo do rigor ambiental. Temos que ter segurança jurídica, senão não adianta ter janela, teto nem porto hidrológica”.			
Ainda conforme declarações do Sub-Procurador de Justiça do Ministério Público, Ivo Benitez, o projeto deve ser conhecido em detalhes e isso leva no mínimo 60 dias para ser analisado pelo Ministério Público.			